

## Capítulo 5 – Elites sociais locais e mudança política

*Toda la evidencia empírica tiende a señalar el hecho de que las minorías terratenientes que controlam la mayor parte de la tierra tienden a convertirse en oligarquías locales que monopolizan la administración y demas instituciones locales teniendo así en sus manos la vida y los destinos de la comunidad...*<sup>(1)</sup>

Pelo menos desde os finais do Antigo Regime que os lavradores de Avis e do seu termo participavam nas pautas de elegíveis para a câmara e eram frequentemente eleitos. Já vimos nos capítulos anteriores a continuidade da maioria das famílias na posse ou administração da grande propriedade fundiária e, conseqüentemente, do poder económico e do prestígio social ou “poder simbólico”. Neste pretendo descrever a sua participação no exercício do poder político local no intervalo de 1886 – 1941 e os comportamentos adoptados face às mudanças de regime que nele ocorreram. Tento estabelecer até que ponto as elites até agora definidas constituem ou não uma oligarquia, conceito muito usado pelos historiadores da História Agrária em Espanha para definir os grupos que controlam, com carácter hegemónico, instituições ou organizações económicas, sociais e políticas, enfim, o poder político local<sup>(2)</sup>.

### 5.1 - Participação das elites sociais locais no poder político

Tal como na Estremadura espanhola, em Avis "fueron los grandes propietarios locales que mayor participación lograron en el control de la vida política regional, en el triple plano de la representación nacional, provincial o municipal. (...) En el ámbito local hay una continuidad en el reclutamiento del personal administrativo y político entre el Antiguo Régimen y la Monarquía Liberal"<sup>(3)</sup>. Isto é bastante claro se observarmos as listas do pessoal político apresentadas no anexo 1 e já analisadas nos capítulos 1 e 3. Aí verifiquei a participação dos vários grupos profissionais no poder político como critério para se pertencer às elites sociais. Os nomes das famílias eleitas ou nomeadas para os cargos administrativos locais repetem-se desde pelo menos 1799, sobretudo no caso das famílias Teles, Varela e Lopes. Detecta-se, assim, uma grande permanência, intervalada por algumas rupturas circunstanciais e curtas<sup>(4)</sup>.

Verifica-se que na maioria dos casos não era o chefe da família, o grande proprietário fundiário que exercia o cargo de Presidente da Câmara Municipal ou mesmo de vereador, mas sim o seu filho, irmão ou sobrinho, detentor de algum capital cultural. Porquê o Dr. Cosme dos Campos Callado, o José Pais de Vasconcelos Abranches e o Dr.

Manuel Lopes Varela terem passado tantos anos na presidência da câmara e não os respectivos irmãos lavradores? Tal como a ideia geral em relação à instrução, o mesmo se aplicava à política: só se dedicava a ela quem não tinha jeito para a lavoura, mas sobretudo porque "o *habitus* do político supõe uma preparação especial. É, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos (...) das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do *tribuno*, indispensável nas relações com os profanos, ou a do *debater*, necessária nas relações entre os profissionais"<sup>(5)</sup>.

A ida destes elementos para a política não veio, porém, introduzir grandes inovações no exercício do poder local; pelo contrário: as fortes ligações que continuavam ter com a grande propriedade fundiária contribuíram para a permanência dos objectivos e acções políticas durante as sucessivas gerações<sup>(6)</sup>.

Além da câmara municipal, as elites também participaram nas Juntas de Freguesia: como podemos ver no anexo 3, entre uma grande maioria de *artistas* e pequenos proprietários, encontramos alguns padres e os grandes proprietários António Godinho de Campos e José Godinho d'Abreu. A composição das juntas de freguesia apresenta grande coincidência de nomes com as Casas do Povo, instituídas a partir do final dos anos 30. Enquanto isso, os organismos corporativos relacionados com a produção agrícola descritos no anexo 16 contaram sempre com a direcção dos maiores proprietários. A Santa Casa da Misericórdia, por outro lado, tinha um "recrutamento interclassista", o que não lhe impedia o seu estatuto de "instrumento de poder (...) pelo poder simbólico que conferia a quem a controlava (...) fonte de favores, de patrocínio"<sup>(7)</sup>.

Os cargos de Administrador do Concelho e de Juiz de Paz vêm descritos no anexo 21 e reflectem a mesma realidade de quase total coincidência dos seus titulares com as principais figuras da elite fundiária. O cargo de administrador do concelho constituía uma verdadeira interferência do poder distrital no poder local: era nomeado pelo governador civil do distrito independentemente das eleições locais. O facto de em Avis as pessoas nomeadas terem na maior parte das vezes relações familiares muito próximas os eleitos para a câmara revela pelo menos as boas relações do governador civil do distrito com as famílias da elite de Avis. Estas boas relações continuaram apesar das mudanças de regime<sup>(8)</sup>.

Avis também teve dois deputados eleitos para a Assembleia Nacional<sup>(9)</sup>:

\* José Pais de Vasconcelos Abranches (n. c.1863, m. 1941), bacharel em Direito, presidente da câmara municipal em 1904 (P. Progressista), eleito deputado pelo círculo de

Portalegre em 1906; em 1908 também concorreu para deputado pelo P. Regenerador, mas não foi eleito. Também foi eleito deputado em 1910, (P Regenerador) mas com a República não chegou a assumir o cargo. Voltou ainda a ser presidente da câmara em 1914, senador entre 1915 e 1918; deputado pelo P. Republicano Liberal em 1921 (legislatura só durou 6 meses) e Governador Civil do Distrito de Portalegre.

\* António Pais da Silva Marques (n. 1876, m. 1950), várias vezes administrador do concelho e deputado pelo círculo de Elvas em 1923 – 1925; pertenceu sempre ao P. Democrático.

## 5.2 - Eleições e mudanças de regime; os períodos de transição.

### Os Partidos no Poder Local, Distrital e Nacional

Datas e Regimes	Câmara Municipal de Avis	Distrito de Portalegre	Governo Nacional
<b>Monarquia:</b>			
1886	P. Regenerador		P. Progressista
1887 - 1889	P. Progressista		P. Progressista
1890 - 1892	P. Progressista		P. Regenerador, seguido de governo extra-partidário
1893 - 1897	P. Progressista	P. Regenerador	P. Regenerador
1897 - 1900	P. Progressista		P. Progressista
1900 - 1904	P. Progressista	P. Regenerador	P. Regenerador
1905 - 1906	P. Progressista	P. Progressista	P. Progressista
1906 - 1908	P. Progressista	"Concentração Liberal"	Governo e ditadura de João Franco
1908 - 1910	P. Progressista	P. Regenerador	"Coligação Monárquica" (progressistas + regen. Liberais)
1910	"Coligação Monárquica"	P. Regenerador	P. Regenerador
<b>República:</b>			
1910 - 1911	P.R.P. (P. Democrático) <sup>(a)</sup>	P.R.P. (P. Democrático)	P.R.P. (P. Democrático)
1911 - 1913	P.R.P. (P. Democrático) <sup>(a)</sup>	P.R.P. (P. Democrático)	P.R.P. (P. Democrático)
1914 - 1915	P.R.E. (P. Evolucionista)	P.R.P. (P. Democrático)	P.R.P. (P. Democrático)
1915 - 1918	P.R.E. (P. Evolucionista)		P.R.P. (P. Democrático)
1918	P.R.E. (P. Evolucionista)	Lista Monárquica	P.N.R. (P. Nacional Republicano)
1919 - 1921	P.R.E. (P. Evolucionista)	P.R.P. (P. Democrático)	P.R.P. (P. Democrático)
1921 - 1922	P.R.L. (P. Republicano Liberal)	P.R.L. (P. Republicano Liberal)	P.R.L. (P. Republicano Liberal)
1922 - 1923	P.R.L. (P. Republicano Liberal)	P.R.P. (P. Democrático)	P.R.P. (P. Democrático)
1923 - 1925	P.R.N. (P. Rep. Nacionalista)	P.R.P. (P. Democrático)	P.R.P. (P. Democrático)
1925 - 1926	P.R.N. (P. Rep. Nacionalista)	P.R.P. (P. Democrático)	P.R.P. (P. Dem., ala direita: os <i>Bonzos</i> )
<b>1926 – 1974: Ditadura Militar, seguida do regime salazarista do Estado Novo.</b>			
Nomeações administrativas para as câmaras			

<sup>(a)</sup> Entre 1910 e 1913 a Câmara de Avis foi nomeada por alvará do Governador Civil de Portalegre, realizando-se as primeiras eleições em 30/11/1913.

Fontes: Actas das Eleições para a Câmara Municipal, para deputados pelo círculo de Portalegre e depois de Elvas; Livros de actas das sessões da Câmara Municipal de Avis entre 1886 e 1941; Imprensa distrital e nacional; MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal*, volume III, 2ª edição, Palas Editores, Lisboa, 1981; IDEM – *Guia de História da 1ª República Portuguesa*, Editorial Estampa, Lisboa, 1981; IDEM – *História da 1ª República Portuguesa: As Estruturas de Base*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1978.

Face à grande instabilidade política e sobretudo às mudanças de regime ocorridas durante o período entre 1886 – 1941, o poder político em Avis revelou uma enorme estabilidade, ligada à já referida permanência das famílias da elite fundiária nos cargos políticos electivos e de nomeação administrativa (ver anexo 1). A nível nacional, o final da Monarquia caracterizou-se pelo rotativismo político<sup>(10)</sup>, enquanto a Câmara Municipal de Avis manteve o mesmo partido no poder pelo menos nos últimos 23 anos. Não me vou alongar com a abordagem deste período a nível nacional e a descrição dos programas dos partidos; apenas saliento que o Partido Progressista, ao qual as elites fundiárias de Avis pertenciam, era o que tradicionalmente defendia os interesses agrários. Isto revelou-se sobretudo com as leis do proteccionismo cerealífero dos finais do século XIX<sup>(11)</sup>.

Com a implantação da República, e como já foi salientado no capítulo 1 (ver nota 2), a acta da sessão da câmara saudou o novo regime. No entanto, esta última câmara da monarquia, eleita em 1/11/1908, foi deposta e substituída por outra cujos membros foram nomeados administrativamente por alvará do Governador Civil do Distrito de Portalegre. Estes elementos pertenciam a um grupo inteiramente diferente do grupo que pelo menos desde 1887 ocupava o poder: o Dr. Júlio Mário da Cunha e Sá era um grande proprietário, aliás um dos maiores do concelho, mas era também bacharel em Direito e tinha grandes relações com a capital e outros centros urbanos, tendo exercido as profissões de notário e de advogado do Ministério Público em Óbidos, onde viveu vários anos. Os restantes lugares foram ocupados por comerciante e outros membros das elites urbanas: como podemos ver no anexo 1, o pessoal político nomeado nestes anos inclui apenas mais um proprietário, Francisco António Pais, escrivão de Direito e irmão do advogado José Pais Teles (ambos eram cunhados do Dr. Júlio Mário da Cunha e Sá) o qual foi convidado para desempenhar o cargo de Administrador do Concelho, mas não aceitou (ver anexo 18 o 5º filho de António Pais da Silva Marques). Como foi referido no capítulo anterior, algumas fontes orais sugeriram a ligação da família Pais (tanto estes elementos como Alfredo Barreto da Guerra Pais, o secretário da administração do concelho e alguns dos seus filhos) à Maçonaria, organização à qual pertenciam os mais importantes republicanos<sup>(12)</sup>. Pelo secretismo próprio da organização, esta ligação é difícil de provar.

Apesar de continuarem monárquicos por várias gerações (ainda actualmente alguns descendentes das elites de Avis defendem vigorosamente este regime), as elites políticas

tradicionais rapidamente se integraram no novo regime, ocupando os mais altos cargos da Câmara Municipal. Durante a maior parte da República o poder político em Avis esteve nas mãos do Partido Evolucionista, o qual evoluiu em 1921 para o Partido Republicano Liberal e em 1923 para o Partido Republicano Nacionalista.

Logo nas primeiras eleições locais da República, realizadas em Avis em 30/11/1913, foi eleito José Pais de Vasconcelos Abranches, um verdadeiro cacique monárquico local (por sinal também cunhado do Dr. Júlio Mário da Cunha e Sá), com o apoio de todos os grandes proprietários que tradicionalmente ocupavam o poder<sup>(13)</sup>. Os vereadores e membros da comissão executiva da câmara voltaram a ser os mesmos do tempo da Monarquia, incluindo o Cónego Freire d'Andrade. Isto foi um exemplo perfeito do que se chamava na época o *adesivismo*, com a variante, no entanto, de serem do partido de oposição ao Partido Democrático, o qual ocupou o poder durante praticamente toda a República. Esta foi aliás a tendência das elites políticas de Avis durante praticamente todo o período estudado, cuja actuação política se caracterizou pela divergência em relação ao poder central.

"Uma característica geral da vida política portuguesa desde 1910 encontramos-a sem dúvida na instabilidade: parlamentar, presidencial e governamental"<sup>(14)</sup>. Em Avis, no entanto, a estabilidade parece ter sido a regra, apenas perturbada pela morte do Dr. Manuel Lopes Varela, o que implicou a subida do vice-presidente ao cargo de presidente. Mesmo o conturbado período do sidonismo não provocou alterações a nível local. José Pais de Vasconcelos Abranches era senador em 1918 e não se recandidatou nessas eleições nacionais por o seu partido ter ficado fora das mesmas<sup>(15)</sup>.

Em 1923 subiu ao poder local o Dr. Cosme dos Campos Callado, grande proprietário e bacharel (embora nunca tenha exercido), o qual continuou a assegurar a estabilidade política face às grandes convulsões a nível nacional provocadas pela Ditadura Militar em 1926 e o início do Estado Novo. Estes acontecimentos revelaram-se em Avis muito pouco significativos: o poder local continuou nas mãos do mesmo Dr. Cosme dos Campos Callado até 1935, sendo presidente da câmara o grande proprietário José Diogo Pais desde 1930, com a diferença de que antes eram eleitos e depois passaram a ser nomeados administrativamente por alvará do governador civil do distrito. Todo este processo revela uma clara oposição das elites de Avis aos partidos tradicionais da República e à situação de instabilidade que a caracterizou e um acolhimento muito favorável ao regime que se seguiu.

Este acolhimento deixou de ser tão favorável quando a União Nacional, representada localmente pelo Dr. Jaime Joaquim Pimenta Presado (genro do maior proprietário de Avis, José Lopes Coelho, mas de relações cortadas com toda a família da mulher; aliás, fontes orais afirmam que os cunhados Luís Mendes Vieira Lopes e Dr. Presado chegaram a lutar no meio da rua), começou a tentar aumentar a sua interferência a nível dos órgãos do poder local.

A resistência das elites fundiárias locais à subida do poder do grupo do Dr. Presado manifestou-se com a demissão em bloco dos elementos que compunham a comissão administrativa da câmara municipal em 1935 e a subida ao poder do professor primário José Francisco de Moura. Este amigo político do Dr. Presado foi nomeado presidente da câmara entre 1935 e 1941, mas nunca foi inteiramente aceite pelas elites fundiárias, não só por ser um elemento exterior ao grupo, mas também por ser do Ervedal, e, segundo fontes orais da sede do concelho, beneficiar a sua freguesia em detrimento de Avis. Estas divergências políticas, que tinham muito a ver com divergências a nível pessoal, mais que propriamente ideológicas, culminaram nos acontecimentos descritos no anexo 25: boicote das eleições de 1938 em algumas freguesias por parte do grupo dos maiores proprietários do concelho (segundo fontes orais, Simão Teles Varela sentou-se às portas da assembleia eleitoral do Maranhão com um pau, ameaçando bater em quem quisesse exercer o seu direito de voto), repreensão dos organizadores do boicote por parte das autoridades distritais, defesa por parte dos acusados e posterior afastamento de José Francisco de Moura do poder.

O que é um facto é que em 1941 foi nomeado presidente da câmara o outro genro de José Lopes Coelho, o qual também era seu sobrinho, pois, segundo um descendente, Luís Mendes Vieira Lopes “tinha amigos mais fortes que o outro em Portalegre”<sup>(16)</sup>. Todos acabaram por se filiar na União Nacional e reassumir o controlo do poder local (Luís Mendes V. Lopes foi presidente da câmara durante 14 anos), voltando as elites tradicionais ao poder que já ocupavam pelo menos há dois séculos. E assim se resolvia a política a nível local...

Também no que diz respeito aos organismos corporativos, a sua introdução no concelho de Avis foi relativamente tardia: o Grémio da Lavoura foi instalado apenas em 1940 e as Casas do Povo em 1941 (só a de Figueira e Barros é que foi mais cedo em 1937; ver anexo 15). No entanto o Grémio foi apenas a integração dos organismos já existentes, o Celeiro da FNPT e o Sindicato Agrícola, e a resistência teve a ver com os mesmos motivos pessoais: foi o Dr. Presado que assumiu a primeira presidência e os outros lavradores continuavam a não gostar dele. Esta divisão de poderes, a câmara municipal controlada

pelo representante dos maiores proprietários e o grémio pelo seu inimigo, parece estar relacionada com o facto dos cargos administrativos serem de nomeação distrital enquanto os grémios dependiam directamente do Ministério e do poder central, ao qual o Dr. Presado estava mais ligado por ser o representante local da União Nacional.

### **5.3 - Padrão de continuidade ou renovação das elites políticas**

Uma frase resume a política local em Avis durante estes 55 anos de grandes mudanças em Portugal: *plus ça change, plus c'est la même chose*. De facto, revelou-se neste período uma forte hegemonia das elites económicas no poder político. As alterações pontuais estiveram relacionadas com nomeações administrativas resultado da interferência do poder central ou distrital na câmara municipal. Todos os actos eleitorais resultaram na vitória dos caciques locais que controlavam o processo do recenseamento e da eleição (as respectivas actas estão assinadas pelas mesmas pessoas que compõem a câmara e que vencem as eleições). Assim, a única renovação das elites políticas que ocorreu neste período esteve relacionada com a sucessão de gerações das mesmas famílias no poder. Se em 1887 o presidente da câmara era José Lopes Coelho, em 1941 o presidente que ficou foi o seu neto Luís Mendes Vieira Lopes.